



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 03 À CARTA CONTRATO N. 08/2021/TRE-RO.

TERMO ADITIVO N. 03 À CARTA CONTRATO N. 08/2021/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. [0001719-23.2021.6.22.8000](#) (DISPENSA DE LICITAÇÃO)

TERCEIRO TERMO ADITIVO CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LEILA NASCIMENTO DE MELLO 27517409875, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS NOS CONSULTÓRIOS MÉDICO E ODONTOLÓGICO DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE/RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral em Substituição, senhora **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, brasileira, Cédula de Identidade RG ***.028-SSP/RO e CPF ***.521.642-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **LEILA NASCIMENTO DE MELLO 27517409875**, inscrita no CNPJ sob o n. 26.910.164/0001-40, com sede na Rua Esther Sales, nº 1030, Bairro Agenor de Carvalho, CEP: 76.820-234, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3225-6398/99288-2465/98129-0106, E-mail(s): leila_mello14@outlook.com, neste ato representada pela senhora **LEILA NASCIMENTO DE MELLO**, portadora da Cédula de Identidade RG ***8128/SSP-RO e CPF ***.174.098-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com base nos dados constantes na Informação n. 50/2023/SAMES, de 22/03/2023 (evento [0990523](#)), Informação n. 55/2023/SAMES (evento [0997604](#)), de 10/04/2023, e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

considerando o Ato de Autorização constante no Despacho n. 506/GABDG, de 17/05/2023 (evento [1008013](#)), celebram o presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I - Prorrogar por mais 6 (seis) meses o prazo de vigência da Carta-Contrato nº. 08/2021 (evento [0714959](#)), a contar de 15/07/2023 a 14/01/2024; e

II - Alterar a Cláusula Décima Terceira da Carta-Contrato nº. 08/2021 (evento [0714959](#)), para a inclusão da cláusula “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS” sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO, e a acrescentar a Cláusula Décima Quarta, para constar a cláusula “DO FORO”, que passarão a vigorar com as seguintes redações:

[...]

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - A CONTRATADA deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, assim como pelas testemunhas abaixo.

[...]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – A Contratada anuiu com a prorrogação supramencionada, conforme consta no evento [1000653](#) do Processo respectivo.

Subcláusula Segunda – O reajuste devido será apurado e concedido oportunamente à Contratada, conforme indicado na Informação n. 50/2023/SAMES, evento [0990523](#), do Processo correspondente.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor deste aditivo é de **R\$ 3.356,58** (três mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), para o período de 6 (seis) meses, conforme a seguir demonstrado:

Item	Descrição	Vlr. Mensal (R\$)	Vlr. para 6 meses (R\$)
01	Manutenção Preventiva e Corretiva	559,43	3.356,58

Subcláusula única – As despesas com a execução do presente termo aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, consoante Nota de Empenho 2023NE000193, de 19/05/2023 (evento [1012273](#)), a ser reforçada durante a vigência contratual, caso necessário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, e no art. 60, ambos da Lei 8666/93, e na Cláusula Segunda da Carta-Contrato nº 08/2021(evento [0714959](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 19 de maio de 2023.

AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO Pela CONTRATANTE	LEILA NASCIMENTO DE MELLO Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 03 À CARTA-CONTRATO N.
08/2021/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial da Contratação, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo realizados nesta contratação (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Carta-Contrato 08/2021 (assinada em 14/07/2021) – Volume III do PA respectivo (evento n. 0714959) Vigência de 12 meses, a contar da assinatura (14/07/2021 até 14/07/2022). (Sem exigência de Garantia)	R\$ 6.000,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 30/08/2021) – Volume IV do PA respectivo (evento n. 0731264) I – retificar, por erro material, a Cláusula Segunda da Carta- Contrato 08/2021, para constar a possibilidade de prorrogação; II – retirar a Subcláusula Terceira da Cláusula Terceira da Carta Contrato nº 08/2021 (sobre a não previsão de reajuste); e III – alterar as Subcláusulas Sexta e Sétima da Cláusula Décima da Carta Contrato nº 08/2021, para constar o IPCA	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como índice de reajuste, quando cabível. (Sem impacto financeiro e sem exigência de Garantia)		
2º Termo Aditivo (assinado em 30/06/2022) – Volume VII do PA respectivo (evento n. 0849891) I – Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 15/07/2022 a 14/07/2023. (Sem exigência de Garantia)	R\$ 6.000,00	-
1ª Apostila (assinada em 23/09/2022) – Volume IX do PA respectivo (evento n. 0902013) 1º reajuste de 11,886730%, a partir de Julho/2022, referente ao IPCA acumulado no período de julho de 2021 a junho de 2022; (Sem exigência de Garantia)	R\$ 713,16	-
3º Termo Aditivo (assinado em ____/05/2023) – Volume XIX do PA respectivo (evento n. 1012273) I – Prorrogação por mais 6 meses, a contar de 15/07/2023 a 14/01/2024. (Sem exigência de Garantia); e II - Alteração e inclusão de Cláusula contratual. (Sem exigência de Garantia)	R\$ 3.356,58	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR ATUALIZADO DA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 - Plenário.	6.713,16
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO (Em relação ao valor inicial atualizado da contratação –Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.)	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 19/05/2023, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA NASCIMENTO DE MELLO, Usuário Externo**, em 23/05/2023, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 23/05/2023, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 23/05/2023, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1012288** e o código CRC **BCEC662C**.

0001719-23.2021.6.22.8000

1012288v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001719-23.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: **Prorrogação contratual** - Contrato n. 08/2021 – Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico do TRE-RO - Contratada: LEILA NASCIMENTO DE MELLO - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 91 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo eventual substituição de peças (a serem adquiridas pelo TRE-RO), dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico – SAMES do TRE-RO, materializada no Contrato n. 08/2021 (0714959), com a empresa **LEILA NASCIMENTO DE MELLO 27517409875**, inscrita no CNPJ sob o n. 26.910.164/0001-40. O referido contrato, com vigência inicial por um período de 12 meses, a partir 14/07/2021, encontra-se em plena execução pela prorrogação de sua **vigência até 14/07/2023**, registrada no Termo Aditivo n. 2 ([0849891](#)).

02. A unidade gestora manifestou interesse em nova prorrogação do ajuste originário. A possibilidade jurídica da pretensão foi analisada nesta AJSAOFC por meio do **Parecer Jurídico n. 70/2023 (0994667)** que, naquela oportunidade, concluiu pela presença dos requisitos legais; contudo, alertou à gestão do contrato para a impossibilidade de prorrogar o vínculo pelo prazo de 12 meses, como solicitado. Isso porque o ato afrontaria o atual limite atualizado para as dispensas de licitação em razão do valor, previsto pelo art. 24, II, da Lei n. 8.666/93 e, também, pela Cláusula Segunda da Carta-Contrato n. 08/2021. Também orientou à unidade que essa poderia optar por prorrogar a avença por prazo inferior - 6 meses, por exemplo - a partir de 15/07/2023, lembrando também que os reflexos financeiros do reajuste contratual anual, a partir de 15/07/2023, deveria ser computado para fins de observância do referido limite.

03. Como visto na **Informação n. 57/SAMES, de 18/04/23 (1000652)**, a unidade gestora optou pela renovação do ajuste por mais 6 meses apenas, período inferior que contou com a expressa concordância da contratada ([1000653](#)). Por meio do Despacho 830/2023 ([1000685](#)), o titular da SAOFC encaminhou os autos à COFC para **adequação** da programação orçamentária, à SECONT para elaboração da minuta de termo aditivo e após a unidade para análise e emissão de parecer jurídico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. De acordo com informação do Coordenador da COFC não há ajustes de programação orçamentária (1000792). Na sequência, a Seção de Contratos (SECONT) trouxe aos autos a nova minuta de Termo Aditivo n. 3, juntada no evento. **É o necessário relatório.**[1001121](#)

II – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

05. Entende-se como desnecessária nova análise da prorrogação pretendida. A verificação do preenchimento dos requisitos legais da pretensão - inclusive quanto à vantajosidade - foi registrada no **Parecer Jurídico n. 70/2023 (0994667)**, desde que a duração do contrato fosse adequada para não exceder o atual limite atualizado para as dispensas de licitação em razão do valor, previsto pelo art. 24, II, da Lei n. 8.666/93 - na forma do Decreto Federal n. 9.412, 18 de junho de 2018 - e, também em cumprimento ao comando da Cláusula Segunda da Carta-Contrato n. 08/2021.

06. Reduzido o período de vigência do ajuste para apenas 6 meses - situação analisada como plenamente possível sob o aspecto jurídico pelos itens 16 a 18 do referido parecer - dimensionamento temporal sobre o qual houve expressa concordância da contratada ([1000653](#)), conclui-se que o pleito da SAMES poderá ser autorizada com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 e na **CLÁUSULA SEGUNDA** do Carta-Contrato n. 08/2021.

III – DA MINUTA DO TERMO ADITIVO

07. Como relatado, após o ajuste com redução do prazo de vigência da nova prorrogação, a SECONT trouxe ao processo a minuta do Termo Aditivo n. 3 para o registro do ato ([1001121](#)). Verifica-se que, além da cláusula primeira que descreve o novo prazo de vigência por mais 6 meses, a partir 15/07/2023, foi inserida também **alterações** na Cláusula Décima Terceira que trata “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS”, prevista pela Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e **acrescida** a Cláusula Décima Quarta para constar no ajuste originário a cláusula “DO FORO”. Tais alterações e acréscimos não merecem quaisquer reparos. Derivam de expresso texto de lei, os quais estão registrados nas redações clausuladas.

08. Destarte, a referida minuta está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Todavia, verifica-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se que na Cláusula Segunda do referido instrumento foi descrito que o valor de **R\$ 3.356,58** (três mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) refere-se à **prestação anual** dos serviços objeto do contrato, o que não corresponde à realidade, haja vista que os serviços estão sendo prorrogados por mais 6 meses apenas. **Dessa forma, a redação do quadro deverá ser ajustada para valor semestral ou valor para 6 meses.**

IV – DA CONCLUSÃO

09. Pelo exposto, com suporte nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, ainda no Parecer Jurídico n. 70/2023 ([0994667](#)) - parte integrante deste para todos os fins - concluiu esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica da prorrogação pretendida, pelo prazo de 6 meses, com fundamento Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 e CLÁUSULA SEGUNDA do Carta-Contrato n. 08/2021.

Como já registrado no **item 7 do Parecer Jurídico n. 70/2023**, há nos autos comprovação da programação orçamentária para cobertura da despesa no **período de 17/07/2023 a 31/12/2023** ([0993429](#)), no valor de R\$ 3.076,87 (três mil setenta e seis reais e oitenta e sete centavos) e informação da unidade orçamentária acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da despesa com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

10. Para cumprimento do **art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada ao processo ([1001121](#)) estando o instrumento apto a produzir os efeitos pretendidos pelas partes. **Contudo, previamente a sua assinatura, deverá a SECONT ajustar a redação na forma indicada no item 8 deste parecer.**

11. Ressalte-se, por fim, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetido, já que não lhe compete legalmente pronunciar-se acerca de outras questões, como os valores decorrentes dos atos registrados e principalmente quanto aos valores constantes nas planilhas elaboradas.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 24/04/2023, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1001752** e o código CRC **49E7DDC3**.

0001719-23.2021.6.22.8000

1001752v11



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001719-23.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Prorrogação contratual - Contrato n. 08/2021 – prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico do TRE-RO - Contratada: LEILA NASCIMENTO DE MELLO.

DESPACHO Nº 506 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo eventual substituição de peças (a serem adquiridas pelo TRE-RO), dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico – SAMES do TRE-RO, materializada no Contrato n. 08/2021 (0714959), com a empresa **LEILA NASCIMENTO DE MELLO 27517409875**, inscrita no CNPJ sob o n. 26.910.164/0001-40, com vigência inicial por um período de 12 meses, a partir 14/07/2021, encontra-se em plena execução conforme Termo Aditivo n. 2 ([0849891](#)).

A unidade gestora (SAMES) consultou a empresa contratada sobre o interesse na prorrogação contratual, mediante o Ofício n. 4/2023 ([0989842](#) e [0989849](#)). Em resposta, encaminhada por e-mail ([0990403](#)), a empresa manifestou-se favoravelmente à prorrogação por mais 12 meses.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por meio da Informação n. 50/2023 ([0990523](#)), a unidade gestora afirma que a contratada tem prestado serviço de qualidade, com rápido atendimento às demandas da contratante, não havendo registro de falhas ocasionadora de prejuízo a contratante, e que há interesse na manutenção do serviço. Quanto à **vantajosidade econômica da prorrogação do ajuste**, registra que foi comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93), pela qual verificou que o preço praticado encontra-se semelhante a contratações similares perfazendo o valor de R\$ 6.092,80, conforme ([0990520](#)).

Por fim, a unidade informa que o marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação do índice de **reajustamento** é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento, que no caso concreto deu-se em 12 de junho de 2021. Portanto, o índice correto a ser aplicado é aquele divulgado ao final do mês de **junho de 2023**.

O Secretário da SAOFC encaminhou os autos à COEDE para indicação da fonte orçamentária; à COFC, para programação orçamentária, em caso de necessidade; à SECONT, para elaboração de minuta de termo aditivo; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([0990638](#)).

O Coordenador da COFC, mediante Despacho n. 255/2023 ([0991288](#)), informa que o valor existente na programação orçamentária para cobertura da despesa corresponde ao **período de 17/07/2023 a 31/12/2023**. Na sequência, a SPOF juntou a programação orçamentária no valor de R\$ 3.076,87 (três mil setenta e seis reais e oitenta e sete centavos), oportunidade em que, atenta ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo dispositivo, ambos da LC n. 101/2000 (LRF), informa que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0993429](#)). Foi informado, também, que a proposta orçamentária de 2023 está registrada no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#).

A SECONT elaborou a minuta de termo aditivo n. 3 à Carta-contrato n. 08/2021 ([0993987](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC ([0993988](#)).

A Assessoria da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 70/2023 ([0994667](#)), no qual, após análise, opinou pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

impossibilidade jurídica da prorrogação, por mais 12 meses, da Carta-Contrato n. 08/2021 ([0714959](#)), haja vista que essa pretensão, nos moldes como está formulada - mesmo sem considerar os valores do reajuste contratual que deverá ocorrer em julho/2023, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - excederia os limites do valor de dispensa legal, contrariando expressamente a regra contida na CLÁUSULA SEGUNDA da avença, estabelecida em harmonia com a jurisprudência do TCU sobre o tema como, por exemplo, no *Acórdão TCU n. 1.084/2007 – Plenário*. No entanto, embora demonstrada a vantajosidade na manutenção do ajuste, sugere-se que processo seja devolvido à SAMES para que, se assim entender, reveja a pretensão inicial e opte por prorrogar o contrato por um prazo inferior a 12 meses, ato que, acaso adotado, não afrontará o atual limite para dispensas de licitação em razão do valor apontado no item 12 daquele parecer.

Diante disso, a unidade gestora, nos termos da Informação n. 55/2023 ([0997604](#)), optou pela renovação do ajuste por mais 6 meses apenas, período inferior que contou com a expressa concordância da contratada (conforme consta da Informação n. 57/2023, evento [1000653](#)).

Por meio do Despacho n. 830/2023-GABSAOFC ([1000685](#)), o titular da SAOFC encaminhou os autos: à COFC, para adequação da programação orçamentária; à SECONT, para elaboração da minuta de termo aditivo; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico.

De acordo com informação do Coordenador da COFC, não há necessidade de ajustes na programação orçamentária ([1000792](#)).

Na sequência, a SECONT colacionou a nova minuta de Termo Aditivo n. 3, juntada no evento [1001121](#), e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC ([1001122](#)).

A Assessoria da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 91/2023 ([1001752](#)), em que entendeu desnecessária nova análise da prorrogação pretendida, tendo em vista que a verificação do preenchimento dos requisitos legais da pretensão - inclusive quanto à vantajosidade - já foi registrada no Parecer Jurídico n. 70/2023 ([0994667](#)), condicionada à adequação da duração do contrato para não exceder o atual limite atualizado para as dispensas de licitação em razão do valor, previsto pelo art. 24, II, da Lei n. 8.666/93 - na forma do Decreto Federal n. 9.412, 18 de junho de 2018 - e, também em cumprimento ao comando da Cláusula Segunda da Carta-Contrato n. 08/2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, concluiu pela possibilidade jurídica da prorrogação pretendida, pelo prazo de 6 meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 e CLÁUSULA SEGUNDA do Carta-Contrato n. 08/2021. Por fim, aprovou os termos da minuta de termo aditivo ([1001121](#)), para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, com a ressalva de que, **previamente a sua assinatura, deverá a SECONT ajustar a redação na forma indicada no item 8 do parecer, ou seja, de modo a ajustar o teor da Cláusula Segunda, para corrigir a redação do quadro, a fim de que seja substituída a expressão "prestação anual" para valor semestral ou valor para 6 meses.**

Em atendimento à recomendação da AJSAOFC, a SECONT elaborou nova minuta de termo aditivo (evento [1002065](#)), ajustada conforme indicado no item 8 do Parecer Jurídico n. 91/2023 (evento [1001752](#)).

A SAOFC, por sua vez, manifestou-se favorável à prorrogação do prazo de vigência da Carta-contrato n. 08/2021 firmada com a empresa **LEILA NASCIMENTO DE MELLO 27517409875**, inscrita no CNPJ sob o n. 26.910.164/0001-40, por mais 6 (seis) meses, com fundamento no [art. 57, II, da Lei 8.666/93](#) (Manifestação n. 186/2023 - evento [1002099](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, observa-se que há previsão de prorrogação expressamente registrada na **CLÁUSULA SEGUNDA** da Carta-Contrato n. 08/2021, na redação que lhe foi conferida pelo Termo Aditivo n. 1 (evento n. [0731264](#)), *ipsis litteris*:

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, II e seus §§, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, com a possibilidade de renovação, até o valor limite referente a dispensa de licitação, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, uma vez que tal prestação não poderá sofrer interrupção, sem prejuízo da paralisação da prestação de serviços de saúde aos magistrados e servidores da Justiça Eleitoral de Rondônia, senão vejamos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – a **prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito "**iguais e sucessivos períodos**", verifica-se que o presente ajuste, com vigência inicial de 12 (doze) meses, será prorrogado pela segunda vez à conveniência da Administração, sendo que agora por apenas 6 meses. Também não há óbices legais a essa pretensão. O item 3 do ANEXO IX da IN SG/MPDG n. 005/17, editada em conformidade com as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, já não reproduz essa condição atrelada à observância de iguais períodos para a vigência dos contratos nas prorrogações que se sucederam. Nesses atos deve prevalecer o interesse da Administração Pública no novo dimensionamento temporal combinado, certamente, à observância do prazo legal máximo ordinário de 60 meses.

Assim, verifica-se, que o limite de vigência, previsto no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93, não será superado.

Quanto ao último requisito "preços e condições mais vantajosos para a Administração", verifica-se que a SAMES demonstrou a **vantajosidade** da prorrogação pretendida, requisito legal essencial a essa pretensão, conforme registrado na Informação 50/2023 ([0990523](#)) e demonstrada pela pesquisa de preços trazida ao processo no evento [0990520](#). Aferiu-se que o atual preço praticado encontra-se semelhante às contratações similares. Na verdade, a média dos valores pesquisados ficou no patamar de **R\$ 6.092,80** (seis mil noventa e dois reais e oitenta centavos). Portanto, ligeiramente inferior ao valor anual do contrato de **R\$ 6.713,16** (seis mil setecentos e treze reais e dezesseis centavos). Apesar desse fato, a SAMES concluiu pela vantajosidade do ato, no que andou bem porque os custos gerados por um novo processo de contratação não seriam compensados levando em consideração à desprezível diferença de preços apontada.

Vale ressaltar que, além dos requisitos de natureza legal, também estão cumpridos todos os requisitos de natureza contratual que autorizam a presente prorrogação como também já demonstrado na análise jurídica efetuada pela AJSAOFC ([1001752](#)), bem como estão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

presentes todas as condições de habilitação mediante juntada aos autos de todos os documentos comprobatórios.

Registra-se, ainda, que a minuta de termo aditivo ([1001121](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Destarte, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93, considerando o preenchimento de todos os requisitos legais e da previsão constante da Cláusula Segunda do Contrato originário, **AUTORIZO a PRORROGAÇÃO** do prazo de vigência da Carta-contrato n. 08/2021 ([0714959](#)), por mais 6 (seis) meses, a partir de 15/07/2023, nos termos da minuta de termo aditivo n. 3 ([1002065](#)), aprovada pela AJSAOFC.

À SAOFC para prosseguimento do feito, com vistas à efetivação da prorrogação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 17/05/2023, às 17:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1008013** e o código CRC **28408549**.